



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Requer informações ao Sr. Ministro da Casa Civil com relação ao acesso à informação sobre dados referentes ao uso do dinheiro público nos deslocamentos do Presidente da República e sua comitiva.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Casa Civil o acesso à informação sobre dados referentes aos deslocamentos do Presidente da República para dentro e fora do país.

Com base em informativos veiculados pela imprensa nacional¹, pede-se que encaminhe a esta casa as seguintes informações:

1. Quais foram as viagens do Presidente da República em que houve utilização dos recursos públicos, identificando a forma, o dia e o local do deslocamento, os nomes dos integrantes da comitiva, contemplando as viagens no Brasil e no Exterior;
2. Especificar o motivo das viagens realizadas pelo Presidente da República que foram custeadas com os cofres públicos; e
3. Qual o valor nominal dos custos, discriminados em cada viagem.

JUSTIFICAÇÃO

¹ <https://www.estadao.com.br/politica/governo-descumpre-transparencia-e-nao-divulga-despesas-com-viagens/>



* C D 2 3 2 1 0 8 6 2 3 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

RIC n.784/2023

A matéria em destaque deste sábado, 8 de abril, no jornal Estadão foi sobre o fato de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teria emitido respostas via Lei de Acesso à Informação (LAI) de pedidos feitos por este jornal, em desrespeito a pareceres já divulgados pela Controladoria-Geral da União (CGU) e direcionamentos previstos na legislação. Para a Casa Civil da Presidência, a reportagem pediu acesso aos gastos das viagens nacionais e internacionais de Lula, mas o pedido foi negado também.

Para justificar a negativa ao compartilhamento de dados sobre quem visitou o Ministério da Fazenda, a pasta teria afirmado que o conteúdo dos registros seria de “informação que gira em torno do conhecimento sobre informações pessoais” e que, para processar esses dados, teria um trabalho adicional.

A justificativa de trabalho adicional como negativa é amparada pelo artigo 13 da Lei de Acesso à Informação que define que não serão atendidas solicitações que exijam atividades a mais de análise, interpretação ou consolidação de dados. Entretanto, o mesmo artigo exige que, caso o órgão utilize dessa alegação, devem ser enviadas informações extras como a quantidade de horas necessárias para realizar o tratamento indicado. Na resposta ao pedido não teria sido enviado esse detalhamento.

Nos últimos anos, a CGU (Controladoria Geral da União) emitiu diversos pareceres favoráveis à divulgação dos registros de entradas e saídas dos prédios públicos, afirmando que essas informações são públicas. Em fevereiro deste ano, o órgão reiterou a decisão em **uma clara ocultação de dados públicos**.

A reportagem mencionou ainda que a Casa Civil da Presidência da República, em resposta, informou que não poderia enviar essas informações devido, principalmente, ao artigo 24 da Lei de Acesso à





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Informação que define que “as informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição”.

Entretanto, os gastos com viagens oficiais exigem prestação de contas, conforme a LAI, já que se utiliza de recursos oriundos de cofres públicos. No governo de Jair Bolsonaro os gastos com viagens eram divulgados, ao longo do mandato, pela Secretaria-geral da Presidência.

No dia 29 de março, o jornal Estadão entrou com recurso para que a resposta do ministério fosse revista. O período de reavaliação foi finalizado na última terça-feira e a resposta foi uma nova negativa.

Nesse sentido, reiteramos nosso pedido ao Sr. Ministro da Casa Civil com relação ao acesso à informação sobre dados referentes aos deslocamentos do Presidente da República no Brasil e no Exterior.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2023

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

